

Maria Antónia Coutinho
acoutinho@fcs.unl.pt

A ordem do *expor* em géneros académicos do português europeu contemporâneo*

RESUMO – Situado no quadro do interaccionismo socio-discursivo, este artigo pretende analisar a ordem do *expor* em dois géneros académicos do português europeu contemporâneo: Face à predominância do *discurso teórico* (DT), nos dois casos, procurar-se-á verificar as condições de emergência do *discurso interactivo* (DI) – admitindo-se, a título de hipótese, que essa emergência não seja aleatória mas regulada pelo género, mais especificamente, pelo *plano de texto*. A análise evidencia um dos aspectos que permite diferenciar o artigo didáctico e o artigo científico: se em ambos o DI aparece associado ao produtor/investigador (que formula hipóteses, discute pontos de vista e gere o espaço do texto), esses segmentos tendem a ocorrer, nos textos científicos, em momentos-chave do plano, como a abertura e a conclusão de unidades macroestruturais.

ABSTRACT – This paper aims at analyzing the *expositive order* in two academic genres of contemporary European Portuguese – the didactic article and the scientific article. Besides the evidence that *theoretical discourse* is predominant, in both cases, we will be looking for the conditions of appearance of *interactive discourse*, assuming, as a working hypothesis, that it is regulated by the *textual genre* - more specifically, by the *text plan*. The analysis provides evidence for differentiating the two genres: in both cases, *interactive discourse* appears associated to the researcher (who is formulating hypotheses, arguing for points of view and organizing the space of the text); however, these segments tend to occur, in the scientific texts analysed, in relevant moments of the plan, as in the opening and the conclusion of macrostructural units.

Palavras-chave: género, discurso teórico, discurso interactivo, plano de texto.

Key words: text genres, theoretical discourse, interactive discourse, text plan.

Introdução

De acordo com a perspectiva do interaccionismo socio-discursivo, assumimos que qualquer texto empírico¹ participa de um **género**, seleccionado de entre o conjunto, mais ou menos (im)preciso, de géneros disponíveis no *arquitexto*, em função de condicionantes da *actividade* (*actividade geral* e *actividade de linguagem*) e das representações do agente de produção, relativamente à *acção* concreta a

realizar e aos géneros disponíveis (Bronckart, 1999; 2004). O género é, assim, uma categoria que integra a componente linguística mas não se esgota nela – o que não pode deixar de constituir desafio para a linguística, ou para uma linguística que se queira dos géneros². É nesta perspectiva que se situa o presente trabalho – admitindo, a título de hipótese, a possibilidade de identificar regularidades na relação entre tipos linguísticos (ou tipos de discurso) e os géneros em que ocorrem, e que contribuem para formatar. Debruçar-nos-emos, em

* Investigação desenvolvida no quadro do subprojecto “Géneros textuais e organização do conhecimento”, integrado no projecto *Discursos e Textos do Português Europeu Contemporâneo*, desenvolvido pela Linha de Investigação n.º 5 do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Sublinhe-se que falar de *texto empírico* equivale a uma escolha epistemológica: tomando o objecto com a complexidade que lhe é inerente (enquanto objecto natural), pretende-se compreendê-lo, e não reduzi-lo para o (poder) descrever – ou para o dominar.

² Terá provavelmente sido François Rastier o primeiro autor a preconizar uma “linguística dos géneros” (Rastier, 2001, p. 231-257).

particular, sobre a ordem do *EXPOR* – procurando identificar as condições de emergência do discurso interactivo em alguns géneros académicos do português europeu contemporâneo³.

Regularidades de género

De acordo com Bronckart (1999), a arquitectura interna dos textos é descrita como um folhado: o nível mais exterior (mecanismos de posicionamento enunciativo) sucede aos mecanismos de textualização (conexão, coesão nominal e coesão verbal) que actuam, por sua vez, sobre o nível mais profundo (a infraestrutura geral dos textos), a incluir: plano de texto; tipos de discurso (discurso interactivo e discurso teórico, que configuram a ordem do *expor*, relato interactivo e narração, que configuram a ordem do narrar) e modalidades de articulação entre tipos de discurso; sequências e outras formas de planificação (a *esquematização*, como forma mínima da ordem do *expor*, e o *script*, como possibilidade mínima da ordem do contar).

No conjunto do modelo proposto, cabe aos tipos de discurso um destaque particular. Tratando-se de segmentos de texto em que se elaboram mundos discursivos específicos, são identificáveis pelas unidades linguísticas que neles ocorrem – isto é, por unidades que fazem parte de um ‘pacote’ de possibilidades de ocorrência. É essa regularidade linguística que torna viável a tipificação, assumindo-se assim os tipos de discurso, em número limitado e dotados de estabilidade linguística, como *tipos linguísticos* – a distinguir dos *géneros de texto*, que resistem a qualquer inventariação que se pretenda estável e não se deixam identificar por características linguísticas (Bronckart, 1999, p. 138).

Sem pôr em causa a oposição que acaba de ser enunciada, pode, no entanto, perguntar-se se os tipos de discurso constituem efectivamente o **único** caso de regularidade, no conjunto da organização textual – como parece sugerir Bronckart, ao afirmar: “qualquer que seja o género a que pertençam, os textos, de fato são constituídos, segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo, etc.). **E é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação linguísticas**” (Bronckart, 1999, p. 138, grifo meu).

A passagem citada põe em destaque um caso específico de regularidades: as que dizem respeito à regularidade de ocorrências linguísticas (unidades morfo-sintáticas e estruturas linguísticas) que configuram cada tipo de discurso, enquanto tipo linguístico. Mas o próprio Bronckart reconhece afinal outras regularidades, ao relacionar tipos de discurso e formas de planificação: no que diz respeito à ordem do *EXPOR*, assume-se que as esquematizações são o modo de planificação dominante no discurso teórico (eventualmente acompanhadas de sequências descritivas), enquanto as sequências argumentativa, explicativa e injuntiva ocorrem sobretudo nos discursos interactivos e nos discursos mistos (Bronckart, 1999, p. 242-243). Não serão estas, também, regularidades linguísticas – para uma linguística que se reclama dos textos? E não caberá a uma *linguística dos géneros* levar mais longe a análise – identificando opções previsíveis, em cada uma das camadas da arquitectura textual, de acordo com o género em causa? É a existência de regularidades associadas à formatação genérica (na relativa estabilidade de uma cultura e de uma época) que torna possível que o género sirva como modelo, nas actividades de produção e de compreensão textuais. A identificação e a descrição dessas regularidades constituem, portanto, uma tarefa fundamental: sem ela, ficar-nos-íamos, em última análise, por uma descrição dos textos alheada do princípio geral de que qualquer texto empírico se inscreve num género, a funcionar como modelo (que pode ser reproduzido mais ou menos fielmente, inovado de forma mais subtil ou mais ostensiva).

Deste ponto de vista, a noção de **plano de texto** constituirá provavelmente uma peça decisiva, a exigir ainda aprofundamento teórico – como, de resto, faz crer Bronckart, ao constatar que a noção é “geralmente utilizada em um sentido *fraco* ou não técnico”, como a “forma de um *resumo* do conteúdo temático” a que ele próprio recorre (Bronckart, 1999, p. 248). Segundo o autor, este facto decorre de dificuldades maiores, inevitavelmente associadas à “enorme complexidade” de que se revestem os planos de texto, sobretudo quando envolvem mais do que um tipo de discurso (o que corresponde, provavelmente, a uma larga maioria de casos) – facto que o leva a admitir a reconstrução *a posteriori* do plano de um

³ A primeira versão deste trabalho, apresentada no 14º INPLA (PUC-SP, Abril de 2004), incidia sobre géneros escolares/ académicos. Dada a multiplicidade de questões envolvidas – e tendo em conta o espaço disponível – optou-se aqui por reduzir o âmbito da apresentação aos géneros académicos.

texto particular, sustentando, no entanto, que “parece ilusório tentar uma conceitualização global dos planos de texto, pretender categorizá-los e classificá-los”. A estas reservas, obviamente pertinentes, podem no entanto contrapor-se alguns argumentos que, por falta de espaço, não desenvolveremos⁴ – limitando-nos a lembrar o contributo fundamental de Jean-Michel Adam, nesta matéria. Com efeito, embora seja sobretudo a noção de sequencialidade que se associa ao nome de Adam, o autor tem vindo a destacar o papel dos planos de texto, relacionando-os com a *dispositio* da retórica antiga e apontando-os como factor obrigatório e unificante na composição macro-estrutural do sentido (Adam, 2001, p. 30). Mas o aspecto que nos interessa em particular tem a ver com a distinção entre planos fixos (ou convencionais) e planos ocasionais – os primeiros regulados pelo género, os segundos associados a textos singulares, uns e outros podendo ser marcados de forma mais ou menos explícita (Adam, 2002, p. 434)⁵. Sem nos determos a discutir o que poderá estar na origem de planos ocasionais⁶, interessará sublinhar que eles dependem, em última análise, do (re)conhecimento do respectivo plano convencional – ou, se preferirmos, do plano associado ao género. Deste ponto de vista, a possibilidade de descrição, *a posteriori*, de planos de textos singulares, atrás referida, não pode deixar de estar relacionada com a possibilidade de descrição do plano convencional associado ao género em causa. Por outro lado, a maior ou menor colagem ao plano de texto convencional dependerá, entre outros factores, da actividade em que se insere: será mais provável um plano de texto original no caso de um texto literário contemporâneo do que no de um texto académico ou científico. Por isso, talvez o paralelismo entre *romance* e *monografia científica* termine exactamente no

ponto que Bronckart sugere: “do mesmo modo que o género *romance* se compõe, geralmente, de segmentos de discurso interactivo secundário articulados a segmentos de narração, podemos admitir que o género monografia científica se compõe, habitualmente, de segmentos de discursos teóricos entrecortados por segmentos de discursos interativos monologados” (Bronckart, 1999, p. 191-192). Admitindo que a monografia científica depende, muito mais do que o romance, de um plano de texto convencional, será que este determina, de alguma forma, onde e quando emerge o discurso interactivo?

Géneros e textos em análise

Se qualquer texto participa de um género, a análise de textos empíricos é, também, necessariamente, análise do género em causa – podendo eventualmente colocar-se a questão de saber em que circunstâncias, de ordem quantitativa e/ou qualitativa, se podem tomar os dados analisados como representativos do género. A esta questão junta-se ainda a que diz respeito ao estatuto atribuído ou reconhecido ao texto empírico: o do *exemplar* (ou amostra) do género, validado (ou validável) através de mecanismos de auto-categorização e/ou de categorização externa; e o do *bom exemplar* (ou modelo) do género, validável através de juízos que assentariam na representação (do conhecimento) do género (Ouellet, 1989, p. 100-102).

Optando-se aqui, claramente, por uma perspectiva não quantitativa, assume-se também que os textos em análise são exemplares representativos dos géneros em causa – que, como já foi dito, são géneros académicos⁷. Privilegiando-se géneros associados a circunstâncias de elaboração e de circulação do sa-

⁴ De modo muito sumário, poder-se-á avançar que a complexidade do objecto não parece constituir razão para prescindir da sua análise – sobretudo quando, do ponto de vista epistemológico, é no “paradigma da complexidade” que nos situamos necessariamente, ao tomar o texto como objecto empírico (cf. nota 1). Refira-se também que a observação empírica de textos pertencentes a géneros como o anúncio publicitário, o *slogan* de campanha política ou o *cartoon*, por exemplo, não parece confirmar que os respectivos planos de texto se deixem captar (apenas) sob forma de resumo do conteúdo temático – ficando antes em destaque, entre outros aspectos, a importância de mecanismos inferenciais, a presença de unidades de natureza diversa e, sobretudo, a inter-relação entre esses elementos (linguísticos e não linguísticos, implícitos e explícitos) como condição de elaboração do sentido. Casos como estes sugerem que o plano de texto possa ser analisado tendo em conta a identificação das unidades que entram na composição textual (qualquer que seja a sua natureza semiótica), questões de ordem e de relação entre unidades e, sobretudo, a inventariação dos processos que, de forma mais ou menos ostensiva, delimitam unidades e as distribuem no espaço do texto.

⁵ Embora, segundo o autor, os planos ocasionais devam ser marcados de forma mais explícita e mais ostensiva (Adam, 2002, p. 434).

⁶ Admitindo que qualquer texto se integra num género, serão hipóteses a considerar: a adaptação do género, por variação do plano convencional, e o simples desconhecimento (do plano convencional) do género.

⁷ Entende-se por *géneros académicos* o conjunto (mais ou menos identificado) de géneros associados a *actividades académicas*, entendidas na inter-relação necessária entre *actividade geral* e *actividade de linguagem* (Bronckart, 1999).

ber⁸, estabelece-se o confronto entre géneros próximos como o *artigo didáctico* e o *artigo científico* – admitindo-se que a análise permita diferenciá-los, para além do carácter (predominantemente) didáctico ou científico da actividade em que se inserem, e que as

respectivas designações evidenciam.⁹

O Quadro 1 apresenta os textos em análise – usando-se TD que reproduzem o género *artigo didáctico* e TC para textos que reproduzem o género *artigo científico*.

Quadro 1. Textos em análise.

Textos que constituem o Capítulo 8 – Pragmática, do volume Faria, I.H. et al. (orgs.). 1996. Introdução à Linguística Geral e Portuguesa. Lisboa: Caminho.	Textos incluídos em Fonseca, F. I. 1994. Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português. Porto: Porto Editora.
TD1 – Deixis e pragmática linguística (Fernanda Irene Fonseca).	TC1 – Para o estudo das relações de tempo no verbo português, pp. 15-28 (publicado pela primeira vez em 198411).
TD2 – Pragmática (Carlos A. M. Gouveia).	
TD3 – O papel da semântica e da pragmática no estudo dos conectores (José Pinto de Lima).	TC2 – Deixis, dependência contextual e transposição fictiva: contributos para uma teoria enunciativa da ficção, pp. 87- 103 (publicado pela primeira vez em 199012).
TD4 – A força ilocutória dos actos directivos (Isabel Casanova).	

A análise

Como seria de esperar, o DT é claramente dominante em todos os textos em análise, que evidenciam marcas características desse tipo linguístico: ausência de frases não declarativas, ocorrência do presente do indicativo com valor gnómico, ocorrência frequente de modalizações (sobretudo formas do verbo *poder*), de re-envios intratextuais e intertextuais e de organizadores textuais (sobretudo conectores argumentativos, introdutórios de universo de discurso e marcadores de integração linear). Mas todos os textos ostentam também construções associadas ao DI – que passamos agora a analisar.

A primeira pessoa do plural – que ocorre com relativa frequência nos quatro textos didácticos analisados – não assume, pelo menos de forma clara, um valor exofórico, remetendo em termos gerais para o par autor-destinatário(s)¹². Não se trata propriamente, nesses casos, de DI – que emerge (sobretudo em TD3, pontualmente em TD4) quando a primeira pessoa do plural reenvia para o autor da actividade expositiva: associando-se à explicitação de objectivos e de hipóteses, frequentemente ligada à ocorrência do futuro do indicativo (“Tentaremos igualmente mostrar que...”, “O que defenderemos, pelo contrário, é que...”, “Tal não nos parece plausível,...”, “...vem reforçar a nossa hipótese.”); ou, ainda que de forma menos clara, assinalando o desenrolar da exposição

⁸ O que significa excluir, nomeadamente, os géneros ligados à vertente administrativa – que também se inclui nas actividades académicas. Restrição determinada fundamentalmente pelos objectivos mais globais da investigação, admitindo que os géneros activados (de forma não espontânea, na maior parte dos casos) por estudantes do ensino superior (pelo menos em início de percurso) participam em simultâneo de duas categorias: por um lado, está-lhes associada a expectativa de *formulação do saber*, característica dos géneros académicos (tal como ficaram delimitados); por outro, funcionam como condições de *avaliação* (avaliação do saber e/ou do próprio domínio do género), tal como nos géneros escolares.

⁹ Assumimos que a ‘etiqueta’ geralmente usada para referir um determinado género não assegura necessariamente a sua identidade: como sublinha F. Rastier, a conversa (*conversation*) não constitui um género, uma vez que dispomos de múltiplos *gêneros conversacionais*, associados a diferentes práticas. (Rastier, 2001, p. 228).

¹⁰ Comunicação ao XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas (Rio de Janeiro, Julho de 1977), publicado em Boletim de Filologia, tomo XXIX, Lisboa, 1984.

¹¹ Comunicação ao VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Porto, Outubro de 1990); publicado nas Actas do referido Encontro.

¹² Este comportamento da primeira pessoa do plural corresponde, no português europeu contemporâneo, ao que Bronckart assinala para a segunda pessoa do plural e para “on”, no francês (Bronckart, 1999, p. 172).

(ou o plano de texto), através de movimentos de ‘localização’ textual (“Veremos mesmo que raramente se encontram.”; “Vimos que o recurso ao Princípio da Delicadeza...”; “Avancemos então um pouco mais no nosso esquema:...”; “Voltemos ao problema ...”).

Também ocorrem em todos os textos processos de reformulação e de exemplificação com função explicativa ou justificativa: quase sempre introduzidos por marcadores explícitos (“Quer isto dizer que...”; “...i. e., ...”; “Por exemplo,...”; “...a título de exemplo,...”; “...a partir do exemplo...”; “...o seguinte exemplo...”; “...nos seguintes exemplos: ...”), só em TD1 predominam parênteses e travessões como marcas de reformulação (“...um “centro” (“*origo*”, na expressão de Bühler) constituído pelo sujeito falante e pelas suas coordenadas espacio-temporais (“*ego-hic-nunc*”).”, “...apontam para elementos da situação de enunciação – os participantes do acto verbal, o lugar e o momento do tempo em que eles se situam – e a sua interpretação exige, ...”). Embora não sejam acompanhados por quaisquer formas linguísticas com valor referencial exofórico, os frequentes processos de reformulação e de exemplificação atestam a representação de um destinatário específico – afastando-se, assim, do mundo do *expor* autónomo. Trata-se pois de um destinatário que precisa de explicações – mas também de alguém que se pode perder e que importa, por isso, conduzir na leitura/interpretação: atestam-no as ocorrências da primeira pessoa do plural associadas à identificação do plano de texto, como atrás ficou referido, e também frequentemente ligadas à introdução de exemplos e de sistematizações (“Consideremos o enunciado (3a), ...”; “Veja-mos sumariamente a questão, a partir do exemplo (4):...”; “Consideremos o seguinte exemplo, ...”; “Veja-mos essas seis condições em pormenor:...”; atestam-no ainda as raras construções interrogativas, que ocorrem exclusivamente em TD3 (“Será que temos aqui a ver com uma regra completamente diferente da primeira?”, “É aqui que a pragmática tem um papel na explicação da conjunção. Como?”). Em conclusão, poderemos admitir que, nestes textos, a relação de implicação que caracteriza o DI não se marca pela referência a protagonistas concretos, mas sim pela configuração de um perfil específico de destinatários, cujas marcas se fazem sentir ao longo de cada um dos textos – à excepção de TD1, em que as poucas ocorrências da primeira pessoa do plural se concentram em dois segmentos da última parte do texto (assinada como ponto 5).

Nos textos científicos analisados reencontram-se processos de reformulação e de exemplificação, mas, além de serem menos frequentes, não se verifica a co-ocorrência

com a primeira pessoa do plural, predominando agora os dois pontos como forma quase directa de introdução de exemplos – muitas vezes assinalados *a posteriori*, através de expressões nominais anafóricas do tipo “Estes exemplos”. Por outro lado, ao contrário do que acontece nos textos didácticos, encontramos aqui marcas que remetem para o tempo de produção: a exposição está ancorada no *presente* enquanto factor que condiciona e justifica a escolha de objectivos e a formulação de hipóteses. Para além dos adverbiais temporais de carácter dêitico (como “neste momento” e “hoje”), destacam-se os valores aspectuais associados ao pretérito perfeito composto, usado tanto na voz activa como na passiva (“tem-se intensificado a reflexão...”; “A ficção tem sido predominantemente encarada...”, “Tem sido o *imperfecto* o tempo mais estudado nesta perspectiva.”, “tem sido designada como ...”), bem como ao recurso a verbos auxiliares específicos em construções como “continua a ser...” ou “tem vindo a contribuir...”. Também a ocorrência frequente da primeira pessoa – do plural em TC1, do singular em TC2 – não se limita a marcar, de forma abstracta, o polo da produção (como era o caso nos textos didácticos que vimos atrás), ficando agora verdadeiramente implicado o agente produtor. Trata-se, em primeiro lugar, do ‘sujeito-origem’ da investigação – que formula hipóteses e exprime pontos de vista, que permite ver o seu pensamento sob forma de interrogações (por vezes sem resposta, por vezes articuladas com o objectivo da investigação/do artigo), que comenta/avalia o trabalho/o texto produzidos. Um segundo olhar, mais atento, permite verificar que este ‘sujeito de investigação’ tende a surgir em momentos-chave do texto, como mostra o Quadro 2: momentos de abertura e de fecho de blocos, ou unidades de ordem macroestrutural, explicitamente marcadas através da numeração. Em última análise, o ‘sujeito de investigação’ coincide com o responsável pela textualização¹³ – o que não será estranho, uma vez que a investigação se faz, nestes casos, no espaço do texto.

Conclusão

Nos artigos didácticos analisados, o discurso teórico predomina, tanto quantitativa como qualitativamente: o discurso interactivo emerge de forma mais ou menos pontual, de acordo com necessidades ou estratégias de condução do destinatário, sem obedecer a outra regularidade identificável. No caso dos artigos científicos, pelo contrário, a ocorrência do discurso interactivo parece menos aleatória: directamente

¹³ Tomo textualização em sentido lato – não restrito aos mecanismos de conexão e de coesão nominal e verbal.

associada ao próprio processo de investigação em curso, a implicação do agente produtor (investigador) faz-se preferencialmente nos momentos do texto em que a investigação é tematizada enquanto tal (por oposição aos momentos em que é o objecto de investigação que é descrito ou explicado) – momentos esses que configuram a disposição global das unidades do texto, ou o plano de texto. As estratégias para

ocultar ou exibir a presença do produtor/investigador poderão naturalmente depender de estilos individuais, mas estarão também certamente associadas a fenómenos de variação e de mudança do género – como pode atestar, para o género em análise no português europeu contemporâneo, a passagem da 1ª pessoa do plural para a 1ª pessoa do singular, nos dois textos científicos analisados.

Quadro 2. Lugares de emergência do ‘sujeito de investigação’.

TC1	TC2
1	1 Continuação do 1º § - A abordagem que me proponho fazer da ficção ...
2 2º § - Parece-nos indefensável, Pela nossa parte, podemos testemunhar... ..., a nossa tentativa de aplicação... 2º/último § - Se o trabalho de fundo que empreendemos, a longo prazo, visa essencialmente..., neste artigo queremos focar sobretudo... A nossa intenção,...	Continuação do 2º § - Quando me proponho indagar ..., demarco-me, liminarmente, de ... Final do 4º e último § - ..., a abertura para os problemas postos pela ficção foi-me suscitada...
3 ..., ao fazermos a comparação... § único, linhas finas - Em que medida poderá a observação destes factos contribuir para testar a aplicabilidade de certos aspectos das teorias referidas sobre o tempo em ligação com a enunciação? Não temos elementos para responder a esta pergunta. Faremos apenas algumas observações parcelares.	2 2º § - ..., mas o que pretendo aqui indagar é se ... Que tipo de operações enunciativas precisa de dominar um falante para se referir a um mundo alternativo ao mundo real? Ou, formulando a pergunta de outro modo: que tipo de marcas imprimiu na estrutura das línguas o seu uso para colmatar as necessidades lúdicas, sociais e cognitivas subjacentes à prática desse jogo de linguagem que consiste em inventar histórias? Ou ainda: haverá, na estrutura das línguas, um <i>dispositivo formal da ficção</i> ?
4	3 último § - Uso o termo <i>fictivo</i> para referir, marcando uma distinção em relação a <i>ficcional</i> , este sentido mais amplo ...
5 último § - Dai que, na nossa opinião, ...	4
6 1º § - ..., parece-nos igualmente pertinente... final do 1º § - A parte que sublinhámos situa-nos justamente no centro do problema que queremos aflorar no que respeita a ... 2º § - ... Quanto à primeira razão, consideramo-la correcta e ... Quanto ao segundo argumento, esse acho-lo totalmente carecido de fundamento; ... Se olharmos o problema numa perspectiva enunciativa, verificamos...	5 5º § - ... Já atrás destaquei ... Início do 6º § - Não é minha intenção discutir aqui ... Mas não quero deixar de chamar a atenção, ... O que comprova, creio, ... Início do 7º § - A definição ampla e liminar de ficção que aqui proponho...
7 1º § - Não nos parece que isto baste ... Não é nosso objectivo, no entanto, entrar aqui no tão complexo problema ... 2º § - Limitar-nos-emos a apontar ... final do 3º e último § - ..., como iremos tentar mostrar.	6 Início do 1º § - Limitei-me a apontar ... Início do 2º § - Como já escrevi noutro lugar, ...
8	
9 Início do 1º § - Como explicar, então, a permanência em uso, em português, de seis formas de conjuntivo? Início do 2º § - Começemos pelos ... Início do 3º § - Podemos pois, esquematizando, considerar ... Início do 4º § - Facilmente se vê que estamos perante ... 9º e último § - Esta observação faz surgir, quanto a nós, um problema de ordem geral que deixamos em aberto: poderá o conjuntivo ser considerado, em bloco, uma variante sintáctica das metáforas temporais do indicativo, quando, no interior do conjuntivo, há também metáforas temporais?	
10 Início do 1º § - Temos consciência de só ter apresentado os problemas, sem avançar soluções. Mas não pretendíamos mais. O objectivo que nos propusemos inicialmente foi ... Focamos apenas, aqui, ... Em relação aos primeiros, quisemos provar que ... Em relação ao conjuntivo, pretendemos mostrar que ... Início do 2º § - A alternativa aqui apresentada ...	
11 Início do 1º § - Não queremos, evidentemente, concluir que revela-se brilhante quando lemos obras como as de Benveniste e de Weinrich, em que sobretudo nos baseámos no presente trabalho. E levamos à conclusão de que... Só nos resta assumir com prazer, como linguistas, a nossa função de explorar e preservar ...	

Referências

- ADAM, J.-M., 2001. En finir avec les types de textes. In: M. BALLABRIGA (dir.), *Analyse des discours. Types et genres: communication et interprétation*. Toulouse, Editions Universitaires du Sud, p. 25-43.
- ADAM, J.-M., 2002. Plan de texte. In: P. CHARAUDEAU e D. MAINGUENEAU, *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris, Seuil, p. 433-434.
- BRONCKART, J.-P., 1999. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo, EDUC.
- OUELLET, P. 1989. «Par exemple...»: statut cognitif et portée argumentative de l'exemplification dans les sciences du langage. In: M.-J. REICHLER-BÉGUELIN (ed.), *Perspectives méthodologiques et épistémologiques dans les sciences du langage*. Berne, Peter Lang, p. 95-114.
- RASTIER, F. 2001. *Arts et sciences du texte*. Paris, P.U.F.

Recebido em jul/2004
Aceito em set/2004

Maria Antónia Coutinho
FCSH-CLUNL

